

PE. ÁVILA: CONTEXTO E EXPERIÊNCIA¹

FATHER ÁVILA: CONTEXT AND EXPERIENCE

Maria Alice Rezende de Carvalho

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) no biênio 2009-2010.

¹ Minha intervenção na mesa redonda dedicada ao Pe. Fernando Bastos de Ávila é uma versão levemente modificada da Apresentação que fiz ao livro *Solidarismo*, de sua autoria, reeditado pela PUC-Rio, em 2024, em comemoração aos 70 anos do Departamento de Ciências Sociais daquela universidade.

RESUMO

Nesta exposição, destaca-se o empenho de Fernando Bastos D'Ávila na construção do Departamento de Sociologia e Política na PUC-Rio, assim como sua luta pessoal para a construção de uma sociedade mais justa que servisse de anteparo à lógica neoliberal. Espera-se cada vez mais que a obra de Padre Ávila venha a ser conhecida e evocada pelas novas gerações, uma vez que alguns dos temas tratados por ele, como o neoliberalismo e seu antagonista mais profundo—o solidarismo—, se encontram, atualmente, no centro do debate público global.

Palavras-chave: Padre Ávila; Solidarismo; Departamento de Sociologia e Política.

ABSTRACT

In this presentation, the dedication of Fernando Bastos D'Ávila to the establishment of the Department of Sociology and Politics at PUC-Rio is highlighted, as well as his personal struggle to build a more just society that could counter the logic of neoliberalism. It is increasingly hoped that Father Ávila's work will be known and invoked by new generations, since some of the topics he addressed—such as neoliberalism and its deepest antagonist, solidarism—are now at the center of the global public debate.

Keywords: Father Ávila; Solidarism; Department of Sociology and Politics (PUC-Rio).

“Neste pequeno planeta azul, arrastado em um turbilhão de galáxias, ou solitários nos perdemos ou nos salvamos solidários”

(Fernando Bastos de Ávila, Discurso proferido na ABL, 1997).

É uma alegria e uma honra participar dessa mesa redonda, que celebra os 70 anos do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. E como a criação do Departamento se deveu a Fernando Bastos de Ávila, o Pe. Ávila, é justo que rememorem alguns aspectos da trajetória desse jesuíta tão singular.

Começo, então, com um registro pessoal que talvez esclareça algo de sua trajetória. Padre Ávila fundou a Escola de Sociologia, Política e Economia em 1955 na PUC-Rio e, em 1972, menos de duas décadas depois, me tornei aluna dessa universidade. Licenciiei-me em História e fui professora daquele Departamento pelos 15 anos seguintes, um pouco mais talvez, quando fui convidada a integrar o corpo docente do IUPERJ-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, centro de excelência em pesquisa e pós-graduação em Sociologia e Ciência Política. O IUPERJ, por sua vez, havia sido concebido e fundado por Candido Mendes de Almeida, um intelectual católico, irmão de Dom Luciano Mendes de Almeida, e do qual fizeram parte, originalmente, alguns amigos do Pe. Ávila, como, por exemplo, Hélio Jaguaribe, para citar apenas um nome.

O curioso é que, todo o meu processo formativo, que compreende da graduação em história ao doutorado em sociologia, transcorrido em um contexto de institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro e em instituições, se não propriamente voltadas à formação religiosa, bastante nutridas por atores desse campo, não me facultou conhecer a obra do Pe. Ávila, sua contribuição à sociologia brasileira. O que, hoje, soa muito estranho, uma vez que ele é autor de obra volumosa, com 15 livros publicados e numerosos ensaios, artigos e conferências sobre temas variados que abrangem da sociologia teórica à doutrina social da Igreja.

Somente em 2022, chegou a mim uma solicitação da SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia, entidade tornada nacional em 1950, para que eu fizesse uma “*bionota*” do Pe. Ávila, inscrevendo-o como sociólogo no acervo biográfico que vem sendo organizado, com muito êxito, por aquela associação. Já cumprida a tarefa, e conferida ao Pe. Ávila a merecida inclusão no panteão sociológico brasileiro, é de se esperar que sua obra venha a ser conhecida e evocada pelas novas gerações, uma vez que alguns dos temas tratados por ele, como o neoliberalismo e seu antagonista mais profundo – o solidarismo –, se encontram, atualmente, no centro do debate público global.

Portanto, minha presença nessa mesa redonda se justifica pela intenção de rememorar, em nome dos professores, funcionários e alunos do Departamento de Ciências Sociais, os feitos intelectuais e políticos do Pe. Ávila, que o regime militar no Brasil ocultou, fazendo com que

gerações de jovens universitários brasileiros deixassem de conhecer seu pensamento voltado à transformação do mundo. A presente reflexão trata, basicamente, do contexto em que Pe. Ávila viveu, ressaltando menos a sua trajetória como indivíduo – já tratada pelos oradores que me antecederam – e mais a dimensão histórico-estrutural em que suas preocupações e suas disposições intelectuais ganharam vida.

Essa história tem início às vésperas da segunda guerra mundial, mais precisamente em 1935, quando o jovem Fernando Bastos de Ávila, aos 17 anos de idade, foi admitido no noviciado da Companhia de Jesus. Lá concluiu os cursos de humanidades, retórica e filosofia escolástica, sendo indicado para cursar teologia na Universidade Gregoriana de Roma.

Porém, o mundo em guerra o manteria no Brasil até 1945, quando finalmente pôde viajar para a Europa. Fernando Bastos de Ávila recebeu a ordenação sacerdotal, em 1948, e concluiu sua formação como jesuíta em Florença, em 1950. Seguiu, então, para a Bélgica, cursando o doutorado em ciências políticas e sociais na Universidade de Louvain, onde defendeu, em 1954, a tese *L’immigration comme exilée*, aprovada com a mais alta distinção.

De volta ao Brasil, foi incorporado como docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde criou a Escola de Sociologia, Política e Economia da qual foi diretor até 1967. Com a reforma universitária de 1968, a “Escola do Pe. Ávila”, como era chamada, se tornou o Departamento de Sociologia e Política, atual Departamento de Ciências Sociais. Ao todo, foram quarenta anos de dedicação à PUC-Rio, ocupando vários cargos de direção e ensinando, principalmente, sociologia, ética e doutrina social da Igreja.

Como se pode intuir, a formação do Pe. Ávila, decorrida entre os anos finais da década de 1930 e 1955, conheceu um mundo cindido em dois hemisférios políticos, representados pelo fascismo e o socialismo, e uma hierarquia eclesiástica brasileira dividida em duas vertentes do pensamento católico: uma vertente mais conservadora, representada pelo Cardeal D. Sebastião Leme, e, após a morte de D. Leme, em 1942, uma vertente mais progressista, sob a liderança de D. Helder Câmara.

A mudança de orientação do pensamento católico brasileiro se explica, em larga medida, pelo fato de, no imediato pós-guerra, a vitória dos aliados sobre o fascismo – de que, aliás, participou a URSS – inclinou o mundo em direção a valores pacifistas, parecendo ter encontrado uma plataforma conciliatória para a reconstrução da vida. Assim, nos primeiros anos que se seguiram à guerra, a própria Igreja relativizaria sua posição tradicionalmente defensiva em relação ao avanço do socialismo, expondo, inclusive, “[...] uma orientação mais aberta em certos setores da periferia [...]” (MARTINA, 1997, p. 272. Apud AQUINO JR., 2021) – o que, de algum modo, terá preparado o ambiente eclesial que tornou possível o Concílio Vaticano II (1962-65 – Papa João XXIII).

Mas foi breve o momento da conciliação. Sob a guerra fria (1947-1991), com a divisão do mundo em dois “impérios”, teve início uma perversa concorrência entre EUA e URSS para o estabelecimento de zonas de influência em áreas pobres e politicamente mais vulneráveis. Tal fato moveu a Igreja, mais rapidamente, em direção ao mundo moderno, o que incluía, entre outras coisas, uma atualização da forma de apresentar sua doutrina. Com João XXIII, portanto, não se buscou uma refundação, uma “revolução” institucional, como afirmaram seus críticos, mas tão somente uma aceleração dos passos da Igreja rumo aos seus reais objetivos como “*mãe e mestra*”.

No livro *Fé cristã e compromisso social*, de Pierre Bigo e Fernando Bastos de Ávila, publicado em 1986, lê-se que, “a partir de 1958 se inaugura, com João XXIII, uma fase decisiva na evolução do pensamento social da Igreja, que o insere no âmago dos grandes problemas do mundo contemporâneo” (p.191). A Igreja, enfim, mirava “os problemas de sempre, [porém] com uma mentalidade diferente, com uma nova sensibilidade para lidar com as crescentes carências materiais no mundo”. (CAMACHO, 1995 *Apud* AQUINO Jr., 2021).

A perspectiva de João XXIII era, de fato, dar continuidade à *Encíclica Rerum Novarum* (1891- Papa Leão XIII), em que é tratada a questão operária, agregando a ela, seis décadas depois, duas novas temáticas de igual relevância: a questão agrária e a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos – o que propiciou intuições valiosas acerca da cooperação internacional, da noção de *bem comum* e da concepção de desenvolvimento, que, agora, passava a conjugar “economia e questão social”.

No Brasil, a esquerda católica, sob a liderança de D. Helder Câmara, era a perfeita exemplificação do que se dizia acerca da face mais aberta e progressista da Igreja na periferia. E foi sob o “guarda-chuva” dessa Igreja de D. Helder que se desenrolou a trajetória do Pe. Ávila.

Em 1948, tendo sido D. Helder bem avaliado na organização da Ação Católica Brasileira,² foi levado, em 1950, por Dom Carlo Chiarlo, Núncio Apostólico do Brasil,³ ao Subsecretário de Estado do Papa Pio XII, Monsenhor Montini,⁴ para pleitear junto a ele a criação de uma Conferência de Bispos no Brasil. Monsenhor Montini ouviu a proposta de D. Helder e pouco falou, agendando uma segunda reunião. Poucos dias depois, Monsenhor Montini se comprometeu a dar pleno apoio à criação de uma Conferência de Bispos – uma instituição permanente, de análise e discussão dos problemas brasileiros, amparada em bons textos, escritos por especialistas –, uma espécie de *think tank* católico, que será importantíssimo para a história da Igreja no Brasil. Mas, disse a D. Helder que tivesse cuidado, pois autoridades

² A Ação Católica Brasileira – ACB foi um movimento católico que visava formar lideranças leigas para colaborar com a Igreja.

³ Núncio é o título do representante diplomático da Santa Sé no Brasil.

⁴ Monsenhor Montini, nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini (1897-1978) virá a ser o Papa Paulo VI (1963-1978), chefe da Igreja numa época de transição entre antes e depois do Vaticano II.

brasileiras haviam enviado ao Vaticano uma revista publicada pela Ação Católica, riscada em vermelho, sugerindo que fosse censurada a publicação por “excesso de modernidade” (RAMPON, 2014). Segundo o teólogo Ivanir Rampon, ali teve início uma amizade que jamais conheceu interrupção; e, em 1952, foi fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma década antes do Concílio Vaticano II.

A amizade de D. Helder e Paulo VI não teve poucos efeitos no plano religioso, pois, tendo sido atravessada pela realização do Concílio Vaticano II, inspirou muitas das ações empreendidas por ambos. Um Concílio, como se sabe, é um encontro de bispos do mundo inteiro com o objetivo de examinar questões doutrinárias ou organizacionais da Igreja. No caso da convocação feita por João XXIII (1961), destacou-se a necessidade de uma atualização da mensagem da Igreja para melhor transmiti-la aos contemporâneos, o que fez com que Montini e Helder vivessem o Vaticano II como um “novo espírito”, uma nova forma de *ser Igreja*. Tal sentimento ecoará, posteriormente, tanto no papado de Paulo VI, com a *Encíclica Populorum Progresso*, quanto no desenvolvimento da Igreja brasileira durante o regime militar.

Desde os anos de 1950 se observou uma aproximação de setores da Igreja no Brasil às perspectivas do desenvolvimentismo católico inspirado no movimento francês *Economia e Humanismo*, que, segundo Alfredo Bosi, teria sido responsável pela substituição “[...] do tímido catolicismo de centro (o da democracia cristã) [por um] mais vigoroso cristianismo de esquerda”. Em 1954, por exemplo – ano em que Pe. Ávila retornou ao Brasil –, Louis-Joseph Lebret, o padre fundador do *Economia e Humanismo*, coordenava, sob os auspícios de D. Helder, a primeira pesquisa sobre as possibilidades de industrialização do Nordeste para superação do subdesenvolvimento regional. Pouco depois, a CNBB organizou o I Congresso dos Bispos do Nordeste – prenúncio das políticas regionais de desenvolvimento que o presidente Juscelino Kubitschek empreenderá. Em face dos debates no Congresso, Juscelino convidou D. Helder, em 1958, para participar da criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, no ano seguinte, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Voltados especialmente para o chamado Terceiro Mundo, os intelectuais do movimento *Economia e Humanismo* defendiam o planejamento e a intervenção do Estado para a promoção da equidade social e do crescimento econômico – o que explica sua afinidade com a teoria do desenvolvimento da *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*, a famosa CEPAL. D. Helder e Lebret eram favoráveis a reformas estruturais, como a reforma agrária, mas pretendiam contornar o acirramento de conflitos classistas propondo, alternativamente, um pacto social pluriclassista, de perfil solidário e comunitarista. Por essa razão, o desenvolvimentismo católico representado por D. Helder e Lebret se aproximou bastante do nacional-desenvolvimentismo que se estruturou no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, abrangendo o segundo governo Vargas (1951-1954), o período Kubitschek (1956-1961) e o período Goulart (1961-1964), e visava conferir apoio político, técnico e logístico às reformas de base de

tais governos, sem deixar de criticar severamente tanto o comunismo e suas organizações, quanto as várias formas de que se reveste o poder em sociedades capitalistas de tradição autoritária, como o clientelismo populista, o paternalismo assistencialista e a demagogia.

Lebret esteve no Brasil pela primeira vez em 1947, patrocinado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, e ofereceu um curso na Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP, então dirigida por Donald Pierson, herdeiro intelectual da Escola de Chicago e mentor de pesquisas sobre comunidades no Brasil, que passaram a combinar os métodos norte-americanos e a energia reformadora do movimento *Economia e Humanismo*. Com os estudos sobre comunidades, a escola de sociologia paulista logrou formar profissionais em pesquisa empírica com competências administrativas, o que fez de Lebret um ator importante na “geração de planejadores urbanos paulistas dos anos 1950-1960” (VALLADARES, 2005, p. 82) e na política do Estado de São Paulo, tendo participado da formulação dos planos de governo de seus alunos Lucas Nogueira Garcez (1951-1955) e Carlos Alberto Carvalho Pinto (1959-1963), governador que, como se sabe, instituiu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Se Lebret se impressionou com as condições de vida nas favelas paulistanas, seu espanto com a maior quantidade e a maior pobreza das favelas no Rio de Janeiro o aproximou de D. Helder para a realização de estudos que viriam a fundar uma tradição de pesquisas sociais naqueles territórios. Em 1960, Artur Rios, então Secretário de Serviços Sociais do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, se apoiou em estudos de planejamento urbano orientados por Lebret para elaborar suas propostas. “Tratava-se de considerar as favelas bairros pobres a serem urbanizados, ou seja, equipá-las com os mesmos serviços municipais já oferecidos a outros bairros da cidade. Proposta, aliás, que alguns setores da Igreja Católica também defendiam...” (VALLADARES, 2005, p. 35). Mas, para isso, seria necessário que os moradores se organizassem associativamente, de modo a tornarem eficaz seu diálogo com a administração pública e as empresas fornecedoras dos serviços. E essa perspectiva de organização autônoma, que conferia voltagem política à população residente em favelas, desagradou a muitos.

Em resumo, nos anos de 1960 a pobreza brasileira e suas formas de existir se tornaram presentes – como temática e como desafio – em dois grandes maciços intelectuais: a Igreja católica, com suas diferentes vertentes e instâncias institucionais, e a Universidade, com seus grupos de pesquisa e suas diversas orientações intelectuais. Não raro esses maciços se encontraram, potencializando seus recursos cognitivos, éticos e políticos em torno da noção de bem comum. A publicação da Encíclica *Mater et Magistra*, em 1961, abriria um clarão de esperança num mundo machucado pela divisão, e infundiria uma atitude de otimismo da Igreja para com esse mundo, “uma nova sensibilidade que caracterizou a personalidade e o magistério de João XXIII” (AQUINO JR., 2021).

Pe. Ávila retornara ao Brasil em meados dos anos 1950, quando o país em processo de modernização ensaiava uma consciência de si através das lentes do terceiro-mundismo, do

nacional-desenvolvimentismo, do desenvolvimentismo católico, do comunitarismo, dos planos reformadores de variados matizes e atores. Era um Brasil esperançado, confiante em um momento de alargamento de horizontes doutrinários – foi esse, provavelmente, o sentimento que Pe. Ávila experimentou. Não à toa, o livro *Solidarismo*, escrito nos últimos anos da década de 1950 e publicado em 1963, um ano após o Concílio Vaticano II, tem início com as seguintes palavras: “O fenômeno mais característico da atual dinâmica brasileira é, a nosso ver, a conscientização das massas...” (D’ÁVILA, 2024, p. 25). E profetiza que ou a esperança se concretizará – a esperança do solidarismo comunitarista – ou se transformará numa penosa frustração coletiva.

De fato, *Solidarismo* é uma inspirada tradução do contexto civil e religioso em que foi escrito. Ali ressoa, em primeiro lugar, a fratura do mundo em dois sistemas sociais – o capitalismo e o socialismo –, cada um deles tratado em um capítulo específico. No primeiro capítulo, dedicado ao capitalismo, Pe. Ávila se debruça sobre o seguinte *paradoxo*: como explicar que “um sistema que teoricamente apresenta tantas garantias de solução racional e humana do problema econômico [...] se prestou a funcionar como o instrumento de tantas iniquidades?” (D’ÁVILA, 2024, p. 37). E a resposta é incisiva: foi pelo desprendimento da atividade econômica de qualquer imperativo moral, pelo surgimento do individualismo egoísta e pelo absenteísmo do Estado na correção do desequilíbrio entre os que tudo possuem e a imensa maioria de despossuídos, que o capitalismo produziu uma *ordem* radicalmente anticristã.

A crítica do Pe. Ávila alcança também o socialismo, pois considera que nem sua doutrina nem a política dela derivada seriam compatíveis com a consciência cristã. Mas admite que o “socialismo meramente econômico” (D’ÁVILA, 2024, p. 73), em que se observa a primazia do social sobre a pessoa, realizando-se através de políticas públicas que visem à realização do bem comum estava no espírito e na voz de Leão XIII. Sobre esse aspecto do socialismo – o socialismo econômico – Pe. Ávila considera que não haveria uma divergência insuperável em relação aos preceitos da *Rerum Novarum* – caso essa forma de economia visasse *efetivamente* a consecução do bem-comum. Contudo, “[...] a coletivização, o intervencionismo e a planificação manipulados por um Estado totalitário [...] constituem a essência de um regime socialista condenado pela Igreja” (D’ÁVILA, 2024, p. 74).⁵ Em resumo, há um capitalismo e um socialismo no mundo e a renovação social no Brasil pode e deve conhecer um caminho diferente dessas alternativas sublinhadas no pós-guerra.

Finalmente, a última parte do livro é dedicada ao esforço de construção de um sistema político, social e econômico condizente com as exigências cristãs – o solidarismo comunitário. Nele estariam contidas as ideias de justiça social, de prevalência da comunidade sobre o indivíduo e sobre o Estado, e de cooperação de todos para o crescimento de cada um. Dado que sob as estruturas sociais vigentes seria impossível vivenciar plenamente o solidarismo

⁵ Nesse mesmo parágrafo, Pe. Ávila faz a ressalva que a Igreja não se oporia a medidas de coletivização, de intervencionismo e de planificação quando aplicadas por um Estado democrático.

comunitário, ele se apresentaria, na atualidade, “como um protesto que se traduz num programa de reformas” (D’ÁVILA, 2024, p. 230-231) num reformismo radical. E conclui: “o trabalho é árduo, mas sua chance histórica é poderosa, é irresistível, porque o Solidarismo é o ideal a que confusa e inconscientemente aspiram todos aqueles que anseiam por um Brasil realmente democrático e cristão.” (D’ÁVILA, 2024, p. 232).

No Brasil, os anos que se seguiram à publicação de *Solidarismo* não foram doces. E isso talvez explique o desaparecimento circunstancial do livro. Mas há nele ensinamentos que o tornam efetivamente contemporâneo. São três, pelo menos. Em primeiro lugar, a crítica às polarizações irrefletidas e a necessidade de um caminho que pela reforma ético-política da sociedade dê passagem aos nossos planos mais generosos de construção de uma vida boa e solidária. Em segundo lugar, a certeza de que a ciência, a pesquisa e a universidade devem se abrir à sociedade, se comprometer com ela e materializar objetivos voltados ao bem-comum. E, finalmente, tomar a esperança como uma prática que, junto com a ciência e a solidariedade, refunde permanentemente o mundo.

Referências

- AQUINO, Jr. Francisco de. “Mater et Magistra – Um guia de leitura.” *Revista de Cultura Teológica*, ano XXIX, n. 99, pp.97-123, maio-ago. 2021.
- BIGO, Pierre; D’ÁVILA, Fernando Bastos. *Fé cristã e compromisso social: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BOSI, Alfredo. “Economia e humanismo.” *Estudos Avançados*, 26 (75), pp. 249-266, 2012.
- CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995. *Apud* AQUINO, Jr. Francisco de. “Mater et Magistra – Um guia de leitura.” *Revista de Cultura Teológica*, ano XXIX, n. 99, pp.97-123, maio-ago. 2021.
- D’ÁVILA, Fernando Bastos. Discurso proferido na ABL. ABL, 1997.
- D’ÁVILA, Fernando Bastos. *Solidarismo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2024.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. São Paulo: Loyola, 1997. *Apud* AQUINO, Jr. Francisco de. “Mater et Magistra – Um guia de leitura.” *Revista de Cultura Teológica*, ano XXIX, n. 99, pp.97-123, maio-ago. 2021.
- RAMPON, Ivanir Antônio. *Entrevista concedida à IHU On-Line*, Instituto Humanitas Unisinos, nov. 2014, consultada em 20.12.2024. <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/536888>.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.